

AS CONCEPÇÕES DOS EDUCADORES E EDUCANDOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ACERCA DOS ASPECTOS SOCIAIS, CULTURAIS, MORAIS E ÉTICOS

[Linguística, Letras e Artes, Volume 29 – Edição 148/JUL 2025 / 23/07/2025](#)

REGISTRO DOI: 10.69849/revistaft/cs10202507231342

Edvânia Gomes de Araujo Silva

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo analisar as concepções dos educadores e educandos da educação de jovens e adultos: acerca dos aspectos social, culturais, morais e éticos e as funções do ensino fundamental e médio com qualidade, para as pessoas que não possuem idade escolar e oportunidade, as metodologias utilizadas na alfabetização de adultos, através de pesquisa bibliográfica, as evoluções ocorridas na educação de adultos ao longo da história, e também analisar as medidas tomadas pelos governos com a renovação das perspectivas acerca da EJA. Também, caracterizou-se aqui, o adulto e o jovem como sujeito da pesquisa, fundamentado por vários autores que contemplam o tema. Após esta fundamentação, discutimos como estes jovens e adultos aprendem e como se dá o processo ensino-aprendizagem. Por fim, analisou-se as metodologias utilizadas por alguns educadores,

constatando que eles, de certa forma, não evoluíram, pois tendem a não respeitar os conhecimentos que os seus educandos adquiriram ao longo da vida. Conclui-se então, que há necessidade de renovar as práticas pedagógicas que atendam às necessidades dos jovens e adultos, valorizando seus conhecimentos prévios e renovando as perspectivas.

Palavras-chave: EJA. Educação. Jovens. Adultos. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

This work aims to analyze the conceptions of educators and students of youth and adult education: about the social, cultural, moral and ethical aspects and the functions of quality primary and secondary education, for people who are not of school age and opportunity, the methodologies used in adult literacy, through bibliographical research, the evolutions occurred in adult education throughout history, and also to analyze the measures taken by governments with the renewal of perspectives about EJA. Also, it was characterized here, the adult and the young person as the research subject, supported by several authors that contemplate the theme. After this foundation, we discuss how these young people and adults learn and how the teaching-learning process takes place. Finally, the methodologies used by some educators were analyzed, noting that they, in a way, did not evolve, as they tend not to respect the knowledge that their students acquired throughout their lives. It is therefore concluded that there is a need to renew pedagogical practices that meet the needs of young people and adults, valuing their prior knowledge and renewing perspectives.

Keywords: EJA. Education. Young. Adults. Teaching-learning.

1. INTRODUÇÃO

Refletindo um pouco a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, podemos notar que existem evoluções significativas referentes a esta modalidade educacional no Brasil, principalmente na legislação e

na metodologia utilizada no processo ensino-aprendizagem. Esses avanços se mostram necessários para que possamos democratizar cada vez mais a educação, principalmente a de jovens e adultos.

Pudemos observar, que métodos de alfabetização de jovens e adultos vem sendo estudados por vários autores teóricos que buscam minimizar a situação do analfabetismo principalmente o funcional, assim é visível o aumento da procura cada vez mais de jovens e adultos a esta modalidade, enriquecendo o processo de desenvolvimento do ensino aprendizagem, deste público que não tiveram acesso à educação na idade referente a faixa etária, deixando em evidência a resposta de quem são os educandos e seus educadores.

Este trabalho tem como objetivo analisar as concepções dos educadores e educandos da educação de jovens e adultos: acerca dos aspectos social, cultural, moral e ético e as funções do ensino fundamental e médio com qualidade, para as pessoas que não possuem idade escolar e oportunidade.

Assim podemos observar que nos últimos anos no Brasil surgem no processo educacional novas campanhas de alfabetização, com a finalidade de envolver a sociedade na responsabilidade pela educação de jovens e adultos.

Nas análises, podemos identificar que a partir deste pressuposto, a educação de jovens e adultos não acontece somente no ambiente oficial, o ambiente escolar, mas sim em várias esferas educacionais como ONG's, sindicatos, cooperativas e sistemas privados, a fim de diminuir cada vez mais, o déficit educacional pertinente a este público.

Outro fator importante foram mudanças ocorridas ao longo dos anos na legislação, que nos mostram um avanço considerável no objetivo implantado a educação de jovens e adultos. Com isso, o dever do estado de formar cidadãos para o mercado de trabalho, por exemplo, busca suprir uma necessidade do sistema de capital, ao mesmo modo que

supre uma necessidade de estes sujeitos de concluir seus estudos para poder se inserir neste mercado.

Partindo do exposto vale ressaltar que as relações entre escola e esses sujeitos é muito conflituosa pois as diferenças social e cultural que marca a escola e suas relações humanas, pode ser um ambiente propício para a expressão das experiências de vida que cada aluno possui. No caso dos jovens e adultos, muitos deles são pessoas que vieram de outros estados, possuindo na sua bagagem cultural conhecimentos do mundo da vida, que muitas vezes não são respeitados como saberes importantes para o exercício da cidadania. Por isso cabe ao profissional crítico a tarefa de explorar tais conhecimentos e buscar relações entre eles e aqueles necessários à aprendizagem na escola, contextualizado com os conhecimentos científicos.

Com isso, este estudo se justifica pela busca de entender quem são os jovens e adultos e quem são seus educadores. Com isso então nos aprofundamos na leitura de autores como: Paulo Freire, Suzana Schwartz, Moacir Gadotti, José Romão, Álvaro Vieira Pinto, Telma Ferraz Leal, Eliana Borges de Albuquerque e Artur Gomes de Moraes e Maria Antônia de Souza. Pesquisando em sites da internet, livros, artigos científicos em uma abordagem qualitativa para descrever sobre essas concepções.

Este estudo de natureza aplicada, quanto a abordagem teve um enfoque qualitativo. Segundo Hernández Sampieri (2013, p. 33), “as pesquisas qualitativas se baseiam mais em uma lógica e em um processo indutivo (explorar e descrever, e depois gerar perspectivas teóricas). Vão do particular ao geral” Quanto aos objetivos foi de natureza exploratória e descritiva. Segundo Santos (2001, p. 26): Após a primeira aproximação (pesquisa exploratória), o interesse é descrever um fato ou fenômeno. Por isso, a pesquisa descritiva é o levantamento das características conhecidas, componentes do fato/fenômeno/problema.

É normalmente feita a forma de levantamentos ou observações sistemáticas do fato/fenômeno/problema. Com relação aos procedimentos técnicos foram utilizados a pesquisa bibliográfica e de campo. Queremos assim contribuir com este trabalho, na reflexão sobre formação e prática voltadas à EJA, respondendo a questões como: O quais as concepções dos educadores e educandos da modalidade Educação de Jovens e Adultos? Quem são seus alunos e seus professores, suas culturas, seus costumes éticos e sociais? O que diz a legislação sobre a EJA? Quais são as perspectivas e reflexões que são necessárias a EJA?

Por fim, compreender a real responsabilidade que este trabalho tem para que haja a discussão e reflexão das políticas educacionais existentes para a EJA, tanto para que se possa repensar um pouco sobre as metodologias utilizadas no processo de ensino aprendizagem, complementando pesquisas já existentes sobre o tema.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SEUS CONCEITOS

Para falar sobre os conceitos da educação e sua inserção na cultura, é necessário pensar como se dá a alfabetização.

Logo compreendemos que o ato de alfabetizar se constitui como fator principal na formação do sujeito como um ser “completo”, liberto da opressão das classes opressoras que regem as regras de toda sociedade.

Pois, esta ação recai sobre o indivíduo poder de se emancipar socialmente e intelectualmente Isso porque, ao estar alfabetizado o sujeito se liberta da ação do opressor. Isso porque o ato de alfabetizar vai além do aprender a codificar e decodificar o sistema de simbologias escritas, pois, a alfabetização está em constante acontecimento na vida do educando.

Assim é inconcebível que o educador respeite os conhecimentos prévios como também as culturas e valores morais e éticos de seus alunos para

que se chegue a um resultado positivo e relevante em relação ao processo de alfabetização e letramento.

Porém para conceituar a alfabetização tem para os principais pensadores educacionais. Para Telma Ferraz Leal, Eliane Borges de Albuquerque e Artur Gomes de Moraes (2010, p.15), a alfabetização consiste na ação de alfabetizar, de ensinar crianças, jovens ou adultos a ler e escrever. Já Suzana Schwartz (2010, p.24), no sentido etimológico, alfabetizar significa “levar a aquisição do alfabeto”, o que deixa o termo reduzido a uma estratégia mecânica, articulada com a habilidade de codificar e decodificar grafemas e fonemas. Ela ainda diz que “o conceito de alfabetização se refere a habilidade de ler e escrever”.

Assim podemos afirmar que o ato de alfabetizar vai muito além do ensinar a ler e escrever, do codificar e decodificar. A alfabetização perpassa a perspectiva do conhecimento físico para o conhecimento intelectual, podemos ressaltar, que vai além do indivíduo ler, escrever.

Assim compreendemos que o ato de alfabetizar considera todo o aprendizado adquirido pelo educando no chão da escola e indo além das paredes da sala de aula, em busca de um conhecimento integral de torná-lo liberto de um sistema educativo falho que não enxerga a sua riqueza intelectual.

Podemos apontar como analfabeto funcional, aqueles chamados os que não sabem ler e escrever, que não são analfabetos por completo. Pois por ele não saber decodificar e codificar letras, palavras, sílabas e etc., ele seja um completo analfabeto. O sujeito pode não ser conhecedor da língua escrita mas conhece muito bem o significado das coisas que consegue visualizar à sua volta.

Daí cabe à escola trabalhar de forma contextualizada o processo de ensino e aprendizagem com o objetivo de reverter esta situação de não aprendizado da linguagem escrita, seja para crianças, jovens e adultos, integrando-os com os conhecimentos de decodificação e codificação

intelectual já existentes. Isso é o que pode ser denominado de Alfabetização Cultural.

2.2. A EJA E SEUS MÚLTIPLOS TERMOS

São atribuídos termos a educação de jovens e adultos Muitas vezes não lhe pertence. “Por isso falamos em educação assistemática, não formal e extra escolar, expressões que valorizam mais o sistêmico, o formal e o escolar.” (GADOTTI, ROMAO, 2011).

Assim o que pretendemos mostrar aqui é o outro lado dessa educação de jovens e adultos que é essencial e necessário. Então vamos começar a entender a definição de alguns termos. Segundo Moacir Gadotti, (2011, p. 36):

Os termos **educação de adultos, educação popular, educação não formal e educação comunitária**, que não devem ser usados como sinônimos. Os termos educação de adultos e educação não formal referem-se à mesma área disciplinar teórica e prática da educação. A UNESCO define o termo Educação de Adultos, para referir-se a uma área especializada da educação, o que é correto em partes, mas não deve ser desassociado da educação global. Já o termo **educação não formal vem** sendo utilizado principalmente pelos EUA para referir-se à educação de adultos que se desenvolve nos países de Terceiro Mundo que é geralmente vinculada aos projetos de educação comunitária.

Carlos Rodrigues Brandão (1984, p.181), define a educação em três etapas. São elas:

1ª a **Educação de classe:** entendida como os processos não formais de reprodução dos diferentes modos das classes populares;

2º a **Educação popular:** como processo sistemático de participação na formação, fortalecimento e instrumentalização das práticas e dos movimentos populares com o objetivo de apoiar a passagem do saber

popular ao saber orgânico (saber da comunidade para o saber de classe na comunidade).

3º a **Educação do sistema:** educação (oficial) que segue os valores e regras dos pólos dominantes da sociedade.

2.3. O NÃO LETRAMENTO E O ANALFABETISMO DE JOVENS E ADULTO

O analfabetismo é um problema que assola não somente uma parte dos jovens e adultos atingem também grande parte de crianças em idade escolar, porém nosso foco de estudo está voltado para a problemática da EJA e suas múltiplas definições, vamos abordar o tema de analfabetismo e o não letramento e ser mais específicos puxando para o analfabetismo dos jovens e adultos. “O analfabetismo é a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta.” (GADOTTI, 2011).

Seguindo o pensamento do autor, o pior analfabetismo acontece pela omissão, negação do direito de alfabetização na idade certa por parte dos opressores (burgueses, classes abastadas), que fazem o sistema de ensino básico ser precário, ocasionando que esses indivíduos não tenham uma alfabetização adequada.

É muito alto o poder do negacionismo do direito à educação, atrelado a isto, estes indivíduos cresce e por conta da vida adulta, não consegue se alfabetizar da maneira mais correta, novas situações vão se criando e às novas condições mais objetivas como o ter que trabalhar para ter salário, sustento da casa, a própria moradia e etc.

O papel da escola não é somente formar sujeitos sociais alfabetizados, mas também letrados capazes de entender um funcionamento das coisas do mundo. Isso nos leva a pensar que os professores, necessitam seguir ao legado que Paulo Freire, tem que ser libertadores, sendo capaz de despertar o desejo de alfabetizar e letrar do indivíduo. Mas quem falou que o adulto não é letrado e alfabetizado? Existem inúmeras formas de alfabetizar e letrar os adultos, porém o que afirmamos aqui é a

necessidade de uma alfabetização e letramento culto que não pode ser passado para o indivíduo somente através da escola. “Até hoje, é o desejo de aprender a ler e escrever palavras e textos que circulam em nossa sociedade que leva jovens e adultos analfabetos a irem/retomarem à escola, as salas de aulas de alfabetização. (LEAL, ALBUQUERQUE, MORAIS, 2010, P. 15).

Suzana Schwartz (2010, p.41), aponta que o objetivo do trabalho didático alfabetizador é contribuir para que os sujeitos se tornem usuários autônomos da linguagem.

2.4. AS CONCEPÇÕES DOS EDUCANDO E EDUCADORES

As concepções dos educandos jovens e adultos que não tiveram oportunidade de escolaridade na infância sobre a escola estão presente nas múltiplas fases do fracasso do sistema educacional, e para citar algumas concepções temos que responder à alguns questionamentos sobre eles. Quem são? Quais as suas perspectivas? O que os levaram a abandonar o ensino regular? Por que a EJA? Se conseguirmos essa resposta entenderemos os alunos da EJA, porém não são as únicas, sendo os educandos dotados de inúmeros questionamentos sobre seu retorno à escola e a sua aquisição de conhecimentos.

Na análise das respostas observamos que os estudantes da EJA, são aqueles que não tiveram a possibilidade de concluir os seus estudos no seu tempo regular. E agora busca sua inserção nesta sociedade, que na maioria das vezes é entendida como “falsa erudita”, onde o mercado “capital”, busca cada vez mais pessoas qualificadas e com elevados graus de letramento.

Porém sabemos que esses educandos são letrados de forma informal, têm conhecimento de suas culturas e de sua vida social em comunidade mesmo não sabendo ler e escrever. Acreditamos que todo o ser social tem seu grau de letramento individual acumulado pela vivência e a prática em seus fazeres diários, assim não podemos deixar de considerar

o letramento fora da escola. Mesmo não conseguindo o letramento dentro da escola, não deixou de adquirir o seu letramento fora dela.

Vale ressaltar que na maioria das vezes esses educandos são jovens e adultos, que vêm de uma história educativa voltada para a educação bancária, que não respeitava uma transferência mútua de conhecimentos, fazendo que conteúdos fossem depositados em cada um. Segundo Paulo Freire, esta concepção foi bastante criticada, principalmente em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, que retrata justamente a opressão que esses estudantes receberam de opressores, que não são os professores, mas todo o sistema educativo.

É visível o preconceito que a educação popular sofre historicamente e hoje este preconceito ainda não deixou de existir, mas, acontece em insignificante quantidade, por aqueles que ainda insistem em oprimir quem não merece ser oprimido.

A falsa caridade, da qual decorre a mão estendida do “demitido da vida”, medroso e inseguro, esmagado e vencido. Mão estendida e trêmula dos esfarrapados do mundo, dos “condenados da terra”. A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos em gestos de súplica. Súplicas de Humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas que trabalhem e transformem o mundo. (FREIRE, 1997:42).

O que Paulo Freire apresenta em sua citação refere-se justamente ao que o educando sofreu e ainda sofre ao longo do tempo. Mesmo com a

evolução da sociedade esses indivíduos ainda são oprimidos e precisam todos os dias se curvarem a aqueles que são seus opressores.

Com tudo, Freire apresenta uma nova proposta de educação que tem como princípio a libertação, esse conceito de educação libertadora, traz como fundamentos os conhecimentos adquiridos pelos os educandos que devem ser sempre considerados, pois, somente se conhece o que é bom quando se conhece o ruim.

Assim é notável que a perspectiva desses educandos se apresenta no desejo de adquirir novos conhecimentos, para se atualizar cada vez mais, para assim poder ser mais liberto de um sistema vícios onde opressores oprimem e oprimidos não consegue se libertar. Porém vale salientar, que não basta uma mútua transferência de conhecimentos sem que esse conhecimento seja libertador e regado de experiências respeitadas.

O papel do professor sempre será de fundamental importância, para essa transformação, mesmo porque ele está entre os dois lados, o do opressor e do oprimido. Seu dever é facilitar, respeitar e eliminar qualquer preconceito preexistente.

Na medida em que esta visão bancária anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfaz ao interesse dos opressores: para estes o fundamental não é o desnudamento do mundo, a sua transformação. O seu “humanitarismo”, e não humanismo, está em preservar a situação de que são beneficiários e que lhes possibilita a manutenção de sua falsa generosidade. (FREIRE, 1997:83).

Paulo Freire aborda o real interesse que os opressores têm com os seus educandos sejam em ensino regular e principalmente na Educação Popular. Não querem indivíduos críticos que conheçam seus direitos e seu espaço sociocultural com dignidades, preferem uma população submissa e passiva, domáveis, obedientes, para que eles possam através de sua falsa erudição controlar tudo e todos. Para melhor compreensão este saber dito erudito por parte dos opressores muitas vezes é utilizado para oprimir, não é o saber correto a ser seguido, pois, cada ser social busca em seu individualismo, seus próprios interesses de aprendizagem.

Assim o saber erudito quando utilizado corretamente em sua essência é como uma mistura de todos os saberes em busca de uma perspectiva que atenda a todas as classes sociais, respeitando os diversos saberes culturais sociais e econômicos, sem que nenhuma seja tida como maior ou melhor que outra. É como um equilíbrio para que a boa criticidade seja alcançada e a opressão não aconteça.

Segundo Freire (1997), o oprimidos sobre uma espécie de lavagem cerebral para que eles ajam como querem seus opressores: “Na verdade, o que pretendem os opressores “é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime”, e isto para que, melhor adaptando-os a esta situação, melhor os dominem”. (FREIRE, 1997:84).

Assim este problema se transforma em outra temática transferindo a culpa da não obediência para os que não aceitam mais a opressão, caso este objetivo não seja alcançado, a da concepção práxis bancária, os oprimidos recebem o nome de “assistidos”, mas que são marginalizados e discriminados pela própria sociedade oprimida pelo simples fato de não serem dominados e não se encaixarem na perspectiva da opressão, que é a de formar cidadãos cada vez mais controlados e passivos.

Do partido do pressuposto acima pudemos entender quem são os alunos da Educação de Jovens e Adultos e o por que eles assim procuram tal modalidade de educação.

Segundo Suzana Schwartz. “O objetivo do trabalho didático-alfabetizador é contribuir para que os sujeitos se tornem usuários autônomos da linguagem”. (Schwartz, 2010:41). Assim o professor alfabetizador, não deve contemplar somente o sistema de linguagem proposto pelos currículos, mas tornar o estudante, que é um ser de muita luz, autônomo dessa linguagem e da escrita para conhecer o mundo em sua diversidade. Segundo Paulo Freire, o professor é o libertador deste aluno para a vida em plenitude.

Seguindo as ideias do autor temos que considerar o estudante da EJA como um ser já com vida praticamente concluída, porém lhe falta o censo libertador papel do professor, através das orientações múltiplas para adquirir os conhecimentos necessários para sua inserção na sociedade. Com isso percebemos que o ato de ensinar não é só o método de transferência de conhecimentos termo obsoleto, o professor não transfere o conhecimento seu papel é facilitar a compreensão dos saberes, é também o ato de respeitar o conhecimento já adquirido dos seus alunos, realizando a soma de suas experiências já existentes com as que o próprio professor terá que conhecer para orientar, o que chamamos então de troca de saberes.

Então, o ato de orientar para o conhecimento vai muito além de ensinar, de aprender, e até mesmo vai mais além do fazer.

Orientar para o conhecimento requer necessidades extraordinárias de respeito e de conhecimento por parte do professor que na maioria das vezes não é encontrado em livros ou aprendidos nas faculdades. Cabe aos professores usarem sua inteligência para assim poder perceber a necessidade real de cada aluno e de cada turma e assim poder andar com seus alunos, juntos, em um caminho repleto de conhecimentos e boas experiências.

Segundo Schwartz, (2010) o professor necessita refletir sobre si, primeiramente, de forma crítica, sobre que teorias ele vai seguir a fim

de ter clareza sobre que correntes teóricas ele irá seguir para embasar sua prática, e decidir que tipo de aluno ele quer formar. São eles:

Um aluno copista: que não reproduz, que não transfere e consequentemente não aprende. É o tipo de aluno que existe na escola somente para copiar o que o professor escreve no quadro, não opina, não aparece para o professor;

Um aluno reproduzidor de ideias: é aquele que não é autônomo de fato. É incapaz, ou melhor, não consegue ter ideias próprias porque a prática docente não lhe permite tal:

Um ser pensante, e autônomo: Este é aquele aluno que pensa, tem criticidade e opinião própria. É o aluno que tem suas experiências e conhecimentos respeitados pelo professor.

Analisando o exposto acima observamos que esta realidade, estar bastante presentes nas mais variadas e inúmeras salas de aula espalhadas pelo país. Mas ainda pode se dizer que é necessário que haja uma mudança na maneira como os professores enxergam os seus alunos e passá-los a enxergar da forma correta. Então para que isto aconteça é necessário que o professor enxergar os alunos como sujeitos de direitos, inteligentes, que desenvolveram suas estratégias de sobrevivência na cultura escolar sujeitos chegam à sala de aula com conhecimentos já construídos, basta o diagnóstico científico dos saberes dos alunos,

É importante ressaltar que o saber do professor vai muito além de algo aprendido por ele no ensino superior em seu curso de licenciatura. Há poucos anos atrás, era o profissional que tinha o curso de magistério, o “capaz” de alfabetizar os alunos, fossem eles crianças ou adultos. Os professores alfabetizadores hoje, são os responsáveis por facilitar os alunos a ler o mundo e escrevê-lo. São os verdadeiros soldados em pró da erradicação do analfabetismo iletrado, e o que os governantes chamam de analfabetismo funcional. Este tipo de analfabetismo corresponde ao indivíduo que não sabe ler e escrever. A ideia de ser alfabetizado é a de

que os indivíduos que saibam pelo menos escrever seu próprio nomes, são alfabetizados.

Percebemos que a Educação de jovens e adultos se encontra, de certa forma, anestesiada devido às grandes agressões sofridas, ocasionando um choque em sua identidade.

Para que se possa recuperá-la, de alguma forma, é necessário que se realize uma contraposição com as três instâncias do atual sistema de ensino. São Elas: a dimensão política, que vai muito além da escola, está presente em todo o sistema educativo e é regida pelo órgão máximo como esferas de governos e secretarias de educação, a dimensão Gerencial, que é mais ligada a gestão da educação, a dimensão pedagógica, entende-se que é a principal por se tratar da sala de aula, ambiente mais específico, compreendendo exclusivamente o professor como autoridade máxima dentro de sala de aula, capaz de nortear seus alunos para seguir em frente. É a dimensão mais peculiar, se posso assim chamar, por se tratar do ato pedagógico compreendendo sempre os alunos e o professor. Segundo os autores:

“Na atuação pedagógica deve ser acrescentada a dimensão educativa, que lhe é imputada por força de sua própria definição institucional. O professor é um educador... e, não querendo sê-lo, torna-se um deseducador.” (GADOTTI, ROMAO, 2011:71)

As palavras dos autores sintetizam um pouco o que dizer sobre o papel do professor na formação do indivíduo, concordamos com ele quando diz que o professor passa a também ser um deseducador. Então, assim como um professor que não segue normas oficiais de educação e que é visto por toda a dimensão política e gerencial, como o profissional que não educa, logo deseduca. Mas, então fica a pergunta no ar: como deseducar

alguém que ainda não foi educado? É controverso! Mas vamos responder perguntando: mas que tipo de educação eles estão se referindo? É certo que o conceito de educação escolar mudou, e muito, ao longo dos anos, cabendo hoje inclusive para a escola, a educação doméstica, mas quando eles dizem que o professor deseduca, estão querendo dizer que não é aplicado pelo professor a educação oficial, a planejada pelos governantes cada vez mais burgueses que acham ser dotados de inteligências eruditas, mas, esquecem cada turma tem sua especificidade, seu tempo, seu momento, sua peculiaridade, sua fome de aprendizagem, e o mais importante, seu objetivo, seja em grupo ou seja pessoal.

Em síntese parecem pequenos e frágeis os ombros do professor, face às dimensões, ao peso e à complexidade do fardo a suportar tirocínio político, capacidade gerencial e competência pedagógica – agravada com a responsabilidade educativa. (ROMÃO, GADOTTI, 2011:72).

A legislação da Educação de Jovens e Adultos é uma das temáticas que deve ser analisada pois merecem um olhar mais aprofundado para melhor compreensão das leis e suas emendas destinadas a esta modalidade. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, as resoluções CNE/CEB nº1 de 2000, o parecer CEB 11/2000, o Art. 208 que compreende o dever do Estado com a Educação e suas modalidades, e as Confinteadas.

“[...] uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na

constituição de riquezas e na elevação de obras públicas.” Comungando com as diretrizes curriculares nacionais para a EJA, bases legais

vigentes e o Parecer CEB 11/2000: “A Constituição Federal do Brasil incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Pág. 22). “Retomado pelo art. 2º da LDB, este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações.” (Pág. 22).

Assim, a Educação de Jovens e Adultos, modalidade estratégica do esforço da Nação em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada. (Pág. 22).

Então o art. 208 da constituição federal diz claramente: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (CEB 11/2000:22)

A própria constituição federal em seu artigo citado acima, nos diz que existe uma importância na alfabetização dos jovens e adultos que vivem no país e que não concluíram seus estudos na idade correta ou sequer chegaram a estudar. Cabe ao Estado, unidade federativa, ofertar uma educação adequada para todos os estudantes matriculados. Isto inclui a EJA por ser necessário que haja a integração social desse indivíduo, onde isso acaba não sendo somente competência da escola, e também dentro do ambiente educativo. Isso é o que chamamos de igualdade de acesso.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo, define o Perfil desses educandos e dos educadores da Educação de Jovens e Adultos, e as concepções sobre essa modalidade de ensino buscando o reconhecimento relacionado às mudanças sociais, políticas e econômicas que caracterizaram cada momento da vida desses alunos de modos de vida tão diversificados.

Compreendendo que a EJA como prevista por lei, que propõe dar oportunidade para todos aqueles que querem concluir seus estudos que foram interrompidos por algum motivo e não puderam completar na idade própria, percebesse que na prática ainda há muito que se fazer.

É nesse sentido, pois, que o método de Paulo Freire oferece condições de educação para os alunos desta modalidade de ensino. Entende-se em freire (1980), que a alfabetização não deve limitar-se a algo completamente mecânico e de memória. Conclui-se que um dos fatores que mais dificulta a Educação de Jovens e Adultos é que eles tiveram que começar a trabalhar muito cedo, isso mostra que por causa do trabalho deixaram os estudos incompletos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2014

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José. (org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo. Editora Cortez, 2011.

LEAL, T.F; ALBUQUERQUE, E.B.C; MORAIS, A.G. (org.). **Alfabetizar letrando na EJA: Fundamentos teóricos e propostas didáticas.** Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2010.

PAIVA, Jane; MACHADO, M,M; TIMOTHY, Ireland. (org.). **Educação de Jovens e Adultos: Uma memória contemporânea 1996-2004.** Brasília. Virtual Books, 2007.

PARECER CEB 11/2000. In: SOARES, Leôncio. **Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação de Jovens e Adultos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos.** São Paulo. Editora Cortez, 2010.

Resolução CNE/CEB 1/2000. In: SOARES, Leôncio. **Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação de Jovens e Adultos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, I. E. dos. Métodos e técnicas da pesquisa científica. 2. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2000.

SANTOS, R. A. dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

SCHWARTZ, Suzana. **Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática.** Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1998.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação de jovens e Adultos.** Curitiba. Editora IBPEX, 2007.

[← Post anterior](#)

RevistaFT

A RevistaFT têm 29 anos. É uma **Revista Científica Eletrônica Multidisciplinar Indexada de Alto Impacto e Qualis “B2”**.

Periodicidade mensal e de acesso livre. Leia gratuitamente todos os artigos e publique o seu também [clikando aqui](#),



Contato

Queremos te ouvir.

WhatsApp RJ:

(21) 99451-7530

WhatsApp SP:

(11) 98597-3405

e-Mail:

contato@revistaf
t.com.br

ISSN: 1678-0817

CNPJ:

48.728.404/0001-
22

Fator de

impacto FI=

5.397 (muito alto)

Turismo

Acadêmico

Agência **ft**

Conselho Editorial

Editores

Fundadores:

Dr. Oston de
Lacerda Mendes.
Dr. João Marcelo

Gigliotti.

Editor

Científico:

Dr. Oston de
Lacerda Mendes

Jornalista

Responsável:

Marcos Antônio
Alves MTB

6036DRT-MG

Orientadoras:

Dra. Hevellyn
Andrade
Monteiro

Dra. Chimene
Kuhn Nobre

Revisores:

Lista atualizada
periodicamente
em

revistaft.com.br/expresspediente Venha

fazer parte de
nosso time de
revisores
também!

Copyright © Revista ft Ltda. 1996 -
2025

Rua José Linhares, 134 - Leblon | Rio
de Janeiro-RJ | Brasil